



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639892 - PR (2021/0011583-9)

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : NICOLE GIAMBERARDINO FABRE E OUTRO  
**ADVOGADOS** : NICOLE GIAMBERARDINO FABRE - PR052644  
RAMIRO CARLOS ROCHA REBOUCAS - RJ169721  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : PAULO HENRIQUE ROCHA (PRESO)  
**CORRÉU** : ALLAN BARBOSA LEAL  
**CORRÉU** : LUIS HENRIQUE CARDOSO LOPES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO HENRIQUE ROCHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 75704-03.2020.8.16.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no artigo 155, §§ 1º e 4º, incisos I e IV c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Os impetrantes sustentam que o paciente teria sido vítima de tortura por parte dos policiais quando da prisão em flagrante, o que ensejaria o relaxamento da medida extrema.

Requerem, liminarmente, que seja relaxada a prisão preventiva do paciente, e no mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja declarado nulo o flagrante, com reabertura da investigação policial mediante portaria.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.  
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal

*de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar, ainda que de forma sucinta .

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência